

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE)

Ata de Reunião do Pleno do Fórum Nacional de Educação (19/04/2023 – tarde)

Às quatorze horas e trinta minutos, do dia 19 de abril de 2023, na sala de reuniões da Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), sala 619/621, 6º andar, com a participação dos membros: **Andressa Camile Pellanda** (Campanha Nacional pelo Direito à Educação); **Arnaldo Cardoso Freire** (Confenem); **Carlos Alberto Marques** (Proifesp); **Darli de Amorim Zunino** (Unicme); **Guelda Cristina de Oliveira Andrade** (CNTE); **Lúcia Rincon** (UBM); **Lueli Nogueira Duarte e Silva** (Forumdir); **Marlene Souza Silva** (Fóruns EJA Brasil); **Paulo Muniz Lopes** (Abruc); **Ricardo Tonassi** (Foncede); **Rodrigo Guara Nunes** (Confenapais); **Rubneuz Leandro de Souza** (MST); **Sandro Vinícius S. Dos Santos** (Mieib); **Sérgio Stoco** (Cedes); **Suely Melo de Castro Menezes** (CNE); **Suzane da Rocha Vieira Gonçalves** (Anfope); **Alessandra Santos de Assis** (Sase/MEC); **Antônio Lacerda Souto** (Contag); **Armando Amorim Simões** (Sase/MEC); **Claudia da Silva** (Sase/MEC); **Domingos Sávio Abreu** (Sase/MEC); **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Anped); **Gilson Luiz Reis** (Contee); **Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho** (CNTE); **Ivone Costa Oliveira** (Sase/MEC); **Lucimar Rosa Dias** (Cadara); **Luiz Fernando Dourado** (Anpae); **Marcia Serra Ferreira** (Capes); **Marcio Alexandre Barbosa Lima** (Inep); **Maria Selma de Moraes Rocha** (Sase/MEC); **Maria Stela Reis** (Sase/MEC); **Mauricio Holanda Maia** (Sase/MEC); **Paulino Motter** (Sase/MEC); **Roberta Valeria Guedes** (Anec); **Vivian Katherine Fuhr Melcop** (Undime); **Wallison Mauricio de Pinho Araújo** (Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal); **Wisley Joao Pereira** (CNI); **Luiz Roberto**. Abertura. **Heleno**: A comissão especial de monitoramento e sistematização, que vai cuidar do PNE, já está dentro do GT e está considerando os documentos produzidos até o presente momento, de lá também nossos representantes irão trazer para dentro do GT o debate do grupo que trabalha dentro MEC, e aprofundando o debate de como nós vamos, enquanto fórum, funcionar em relação ao tema. Então, a ideia hoje é

fazer o debate desses conteúdos, levar para dentro desses grupos, na próxima reunião presencial vamos ter tempo para debater especificamente conteúdos e tomar posição enquanto o fórum. **Darli:** e o trabalho do PNE 2014, 2024, 2025, 2035 já está consolidado ou ainda pode entrar nesse grupo de trabalho? **Heleno:** Não, isso que estamos dizendo, esse grupo vai ser coordenado pela Comissão de Monitoramento e Sistematização, para participar desse debate as entidades vão estar dentro desse grupo, tudo que acabamos de falar que a Vivian está propondo um formulário, as entidades que estiverem dentro desse grupo, vão iniciar o debate. Então, delibera pelo debate. Inicialmente, o debate deve ser apresentado ao pleno na próxima reunião presencial já algum rascunho, o tempo está correndo, então algo precisa ser apresentado. A estratégia como a comissão vai trabalhar para agilizar e ganhar tempo, ela pode definir, fazer dentro da comissão o GT específico do plano para fazer o debate, o levantamento que o GT vê, como está trazendo, para que vocês possam continuar o debate que será apresentada ao pleno na reunião presencial que vamos propor fazer em maio. **Carlos Alberto:** Não, desculpa já foi de certo modo respondido agora na sua última fala Heleno. Que era assim a fragmentação para organizar inicialmente as coisas, mas as grandes decisões serão do pleno, por exemplo, quem pode participar ou não os novos ingressos no fórum, obrigado. **Andressa Pellanda:** Eu tenho só uma última dúvida, as pessoas que representarão o Fórum Nacional de Educação, nesse GT, do MEC, sobre o Plano Nacional de Educação são as coordenações da comissão de monitoramento e sistematização ou são outras pessoas? **Heleno:** Precisamos fazer o debate aqui agora, quem está participando indicado, inicialmente, pela coordenação é o Walisson e o professor Luiz Dourado, caso os dois permanecerem nesse processo, teria que está na comissão de sistematização para fazer esse debate e lá na comissão pode fazer o debate de representação, se for o caso, terá uma terceira reunião amanhã e o que pode indicar, Andressa, que uma reunião amanhã (20/04/2023) por ter a presença do Walisson e do Luiz Dourado na reunião, o Senado e a Anpae na comissão de sistematização e monitoramento de sistematização e dentro do grupo se faz debate, a atualização das três reuniões que participaram, o debate define se matem os dois ou realiza alguma alteração conjunto com a coordenadora Geovana. **Roberta:** Gostaria de sugerir que os nomes fossem mantidos, até porque já existe um

processo começado e seria muito estranho amanhã alguém que não estava acompanhando aparecer e depois fazer um reporte se “engrossa” esse grupo ou continua com essas pessoas, até porque são pessoas que nós representamos e são da nossa inteira confiança do fórum. **Heleno:** É isso que a gente está trabalhando, que amanhã mantenha os dois nessa representação, vamos agilizar com esse formulário a composição da comissão para garantir as condições que a Geovana possa chamar a reunião do grupo da comissão habitual e faz o repasse e o debate, na comissão define o processo de manter a representação ou alterar, pode ser assim? **Andressa:** Mas não tem a opção de ampliar a representação? Porque a campanha também quer participar disso e a gente não precisa tirar alguém da representação. **Heleno:** O professor Luiz Dourado vai tentar ajudar. **Luiz Dourado:** São dois movimentos, uma na verdade, a participação no GT, do MEC, e nesse que tem participado eu e o Walisson e o outro e que, na verdade, esses dois já estariam participando no GT, do PNE, dentro da comissão de sistematização, mas esse GT, do PNE, dentro da comissão vai contar com as entidades que quiserem participar, então uma coisa é o GTT na comissão, o GTT, do PNE, e outro é a representação do FNE, no GT, do MEC, nós dois já estivemos lá e isso que está sendo encaminhado, então não tem nem um prejuízo enquanto a participação das entidades, porque elas estariam no GT que o trabalho do FNE acontece dentro da comissão de sistematização. **Heleno:** Nós vamos ter representações a mais aqui, Walisson e Luiz, vocês têm de cabeça a composição do GT do PNE? **Walisson:** Todas as secretarias e autarquias do ministério, mais a comissão de Educação da Câmara, mais a Comissão de Educação do Senado e a representação do fórum, salvo melhor juízo, essa configuração do GT até aqui do MEC. **Heleno:** O GT interno, do MEC, nesse debate, nós vamos criar o GT de dentro da comissão, mais as entidades e discutir a representação que já iniciamos com Walisson e Dourado. **Andressa:** Entendi que são dois GT's diferentes, a questão é que também queremos participar do GT do MEC, por isso quero saber se não dá para ampliar essa participação mesmo que só uma pessoa fale, mas eles possam participar. **Alessandra:** Só esclarecendo que a composição desse GT, criado pelo MEC, foi definida por uma portaria do ministro. Essa composição foi definida por portaria e a gente pode fazer essa discussão através desse documento, o Walisson citou algumas entidades, eu lembro também do Inep, a

Capes, o Conselho Nacional. **Walisson:** Ok. **Heleno:** O que podemos trabalhar Andressa, a partir dessa composição do MEC, o que podemos fazer depois do processo de debate de discussão, verificar junto com discussão com Sase possibilidade de ampliação dentro do GT, do MEC, se for o caso ou trabalhar dentro do GT, do fórum, e como vai ser feita essa relação dentro do GT, do MEC, porque o fórum colocar mais entidades é um tema que a gente pode manter aberto e fazer um diálogo com a Sase. **Vivian:** Heleno, só para tirar uma dúvida, o Walisson e o professor Dourado representam o fórum nesse GT, do PNE, também tem representação na Câmara, existe alguma outra pessoa do Senado? **Heleno:** Instalando a comissão, faz um debate interno e vê como podemos trabalhar a possibilidade de substituição internamente dentro da comissão. **Carlos Alberto:** Vejo que é uma sobreposição de certo modo os dois GTT's tratando do mesmo tema, uma coisa é o ato administrativo, gestão administrativa, claro que tudo é político, mas do próprio MEC, internamente GT, do MEC, que tem praticamente todas as mesmas representações do GT, do fórum. Lembrando sempre que o fórum, exagerando um pouco, talvez na configuração, uma entidade do MEC, foi criado por uma portaria, então o MEC teria que repensar talvez o seu GT, essa é minha sugestão, penso diferentemente sobre as posições e representações dos GTT's. Isso confunde com toda razão, quem se levantou e reivindicou está presente nessa representação do GT, do MEC. **Heleno:** Nós vamos "sofrer" com isso em todos os grupos de trabalho, por isso a sugestão aqui é apenas organizar o debate. Atribuir a comissão especial de monitoramento e sistematização do debate desse tema, que o PNE, organize a comissão no processo de um subgrupo de trabalho. Sabemos que tem uma portaria do MEC com essa representação, no grupo discutimos a perspectiva de alteração ou de ampliação de diálogo com a Sase. Então, fazer esse debate com mais tranquilidade na comissão, já tiraria alguns indicativos de encaminhamento em que possa estar dialogando com a Sase para ver como constrói ou reconstrói essa composição. **Suzane:** Boa tarde colegas. Uma questão que eu iria comentar é que o Fórum Nacional de Educação é um espaço legítimo desse processo de construção do Plano Nacional de Educação. Talvez a Alessandra, que agora está no ministério, possa também chamar isso lá na Sase de qual o sentido desse comitê em paralelo, porque o fórum tem esse papel. Mas enquanto está posto esse comitê, criado

pelo ministério e o fórum e suas atribuições, devemos, nesse primeiro momento, seguindo o que a Roberta colocou, manter as indicações das pessoas que começaram a participar, porque, hoje, foi a primeira reunião do fórum. Foram demandadas as participações do fórum quando a gente estava ainda em processo de recomposição. Vamos precisar, aos poucos, com nossas reuniões ir definindo se trocamos as representações ou se conseguimos incluir mais pessoas, e até aí destinando o próprio ministério dessas comissões que o próprio Heleno deu *spoiler* não é a única que vai sobrepor há questões que são temas de debates aqui no fórum. Minha sugestão, nesse primeiro momento, é manter essas representações do Walisson e do Luiz Dourado nessa comissão do Ministério da Educação e mantemos as quatro representações a CUT e SEB, Comissão de Mobilização e Comunicação, Anped com a Sase, na Comissão de Sistematização. **Heleno:** Desde já a Anped e a Alessandra nos ajuda ver o nome da Sase quem vai junto com a Geovana providenciar, a Rita auxiliar no formulário que Vivian sugeriu, as nossas entidades irão distribuir nas duas comissões e de forma mais rápida possível formarmos a reunião da comissão já para iniciar o debate, ver quais estratégias dentro da comissão para trabalhar o plano, atualizar os informes das reuniões que acontecerem e fazer o debate dessa representação que está indicada manter o Luiz e o Walisson, perfeito? O regimento do fórum também indica a criação dos grupos de trabalhos temporários, que pode acontecer até 180 dias, podendo prorrogar esse tempo do trabalho. Fiz uma lista de grupos de trabalho para podermos conversar. **Arnaldo:** Qual o regimento você está falando? **Heleno:** O regimento de 2016 da mesma composição escrita no regimento de 2016. **Arnaldo:** Regimento de 2016. **Heleno:** Isso. Está em conformidade com a portaria que publicou a nomeação dos membros de fórum e sua composição. Esse mesmo regimento vamos socializar com todos que traz na sua organização a mesma composição da portaria, que nos colocou aqui e nos nomeou nesse processo, então é ele que estamos seguindo. **Arnaldo:** Ok, obrigado! **Heleno:** Então, com a criação desses grupos de trabalhos temporários, fui fazendo um levantamento de acordo onde nós já estamos. O primeiro que sugiro aqui para adiantar as entidades também vão se distribuindo nos grupos de trabalhos da sua atuação e do seu interesse para fazer o debate, talvez vamos precisar formar outro formulário do Google para distribuir, mas

temos grupo de trabalho temporário sobre o ensino médio. Sugiro que ele seja criado aqui no espaço do fórum, porque também já estamos enquanto Fórum Nacional de Educação, na portaria do MEC na 399 que compôs o fórum, o grupo de coordenação sobre a consulta pública do ensino médio. Então, nesse grupo também vamos ter essa composição que o Bebeto chamou atenção no início. Também o Consed, Fonced, que é o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, está o Conselho Nacional de Educação também, está aqui o Fórum Nacional de Educação, estamos também nessa composição pela portaria que foi colocada. Fui convidado para duas reuniões, teve o produto do que já foi apresentado hoje pela manhã e nas duas reuniões que eu participei me punçionei que não tinha como apresentar a posição do fórum. Sinto a necessidade de criar um grupo de trabalho temporário sobre a questão do ensino médio iniciar o debate e a discussão desse grupo de trabalho. Cada grupo de trabalho tem que definir uma coordenação e um relator, sugiro que criemos esse grupo de trabalho. Ao criar o grupo, discuta quem vai coordenar o debate da representação, estava lá porque somente coordenava, mas se mantém ou trocar quem for coordenar GTT terá que fazer a representação, porém de modo que tenhamos o mínimo de debate que já está no pleno aquele documento que foi colocado quando acabou nossa conversa de manhã. Ouvi dizer que está na rua e não foi por nós, porque estava na rua desde ontem e eu só mandei para vocês de madrugada, então tenho certeza que não foi por aqui, pois quando mandei era por volta de duas ou três horas da manhã e ontem à noite já estava na mídia, então não foi por aqui que saiu, e esse debate do cronograma que a Sase ficou de avaliar e nos enviar para discussão, já está no pleno e o grupo de trabalho é necessário para aprofundar o debate e sair com uma posição, de forma coletiva por diversas entidades em termo de posição do fórum, mesmo que para iniciar o processo de consulta a escuta terá um procedimento de 60 a 90 dias, o grupo de trabalho deverá acompanhar nesse processo e orientar o debate interno. Um segundo grupo de trabalho temporário que estou propondo com relação a formação, espero Marcia que aqui tenha escrito dos profissionais da educação não só de professores, mas discutir a formação dos profissionais da educação um conjunto da nossa categoria, também uma portaria do GT de formação inicia de professores Portaria n.º 587, 28 de março de 2023, que traz a Secretaria Executiva do MEC, SEB, Sesu, Sase, Seres, Setec,

Secadi, Capes, Inep, CNE, Conais, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, FNE, Andifes, Conif, Abruc, Anec, Abms, Semesp que é o Sindicato das Entidades Mantenedora de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, Condicap, Conselho Nacional de Dirigentes Colégios de Aplicação e Abruem compoem nessa portaria o GT de representação sobre formação inicial de professores, aqui também foram demandadas duas vagas para o Fórum Nacional de Educação, não chegamos indicar nomes, fiquei segurando e esperando, pois tem a reunião quarta-feira, vamos aguardar para ver o processo de construção de mais dois nomes de representação do Fórum Nacional de Educação para GT de formação já pense para sugerir se vamos sair daqui com a indicação. **Socorro Batista:** Professor Heleno, por favor, são quantas pessoas para o GT de formação? **Heleno:** Duas pessoas do Fórum, do GT do MEC, da Portaria n.º 587. O grupo de trabalho temporário que estou propondo dentro do fórum pode ter mais entidades para que também esses nossos representantes, nesse grupo de trabalho, aqui já que foi colocado como fórum não poderá defender a posição da sua entidade, tem que ser daqui. Então deverá ter um grupo de trabalho discutindo os temas, nos consultando para ver o que vamos levar de posição do fórum. Temos os documentos da Conae 2010 e 2014 que nos referêcia, mas é importante atualizar o debate para fazer essa referêcia. **Gilson:** Vai ser feito uma coordenação dentro do fórum para tratar desses grupos e, ao mesmo tempo, ter uma no MEC, vão ser simultâneos e essas pessoas que estão no grupo tratando a questão da formação, a ideia é levar os documentos consolidados? Porque quem for lá para grupo do MEC ficará respondendo por entidades. **Heleno:** Deixa-me passar o conjunto para irmos conversando e construindo alternativas, pois de fato é confuso. O Bebeto já se levantou isso, o Gilson também. Precisa nessa dinâmica de trabalho como vai atuar, porque a gente está tentando dizer ao MEC que o fórum é instrumento para isso, uma coisa e o fórum está lá representando, mas de todo caso estamos sendo demandado, terceiro é do PPA participativo, três vagas do Fórum Nacional de Educação para o Fórum Inter- conselhos para discutir o PPA participativo, o art. 10, da Lei do PNE é fundamental em questão de financiamento, foi instalado o Fórum Inter conselhos ontem e hoje (18 e 19), qual foi o critério? A Vivian ontem participou lá e hoje o Aléssio está aqui, ela veio para cá, está lá a Cida que é suplente do Mieb e o

Gabriel Barros que é suplente da UNE. Então peguei também por questão de ser de Brasília para participar desse momento para gente não ficar de fora da representação nossa no debate, mas vamos precisar também ir à linha que o Gilson levantou, definir os nossos três nomes para nos representar o Fórum Inter conselhos e que estarão também dentro desse grupo de trabalho interno fazendo debate para sabermos o que vamos levar para o debate para a construção já que é uma dinâmica de trabalho que vai até agosto ou setembro para a produção do PPA. Há também um debate colocado no campo nosso da necessidade de ter um grupo de trabalho temporário para discutir a política nacional de alfabetização das nossas crianças, jovens e adultos. Há um grupo de debate formado por portaria, mas há um grupo de debate interno que é importante o Fórum fazer esse debate, estou sugerindo também que a gente faça um grupo temporário de trabalho para pensar o programa Escola Cívico Militares juntos com os projetos de leis que estão tramitando no Congresso de Educação Domiciliar e Lei da Mordada, então o grupo de trabalho temporário para vermos como vamos atuar no debate que estamos sendo demandados, tivemos uma audiência pública que o Fórum Nacional de Educação foi chamado para falar sobre qual a posição do Fórum Nacional com relação à Escola Cívico Militar não mandamos ninguém porque não tínhamos feito o debate não adiantava ninguém ir. Como o debate não tinha sido feito de forma coletiva não mandamos representação, mas tem várias audiências daqui a pouco o Wallyson vai falar de algumas para poder a gente ter representação, foi levantado também nesse debate nessa discussão a necessidade de criar um grupo de trabalho temporário sobre regulação do ensino superior privado para poder já discutir também na perspectiva da ligação com o sistema nacional de educação como vamos tratar esse tema, então basicamente nas minhas contas nas minhas demandas que foi chegando que vi que daria seis grupos de temporários de trabalho para fazer esse formulário no Google e nós distribuímos nesse debate, lembrando que para esses grupos de trabalhos temporários a entidade não precisa está só em um grupo se ela tiver perna e conseguir se distribuir em mais de uma não tem problema, desde que tenha condições de acompanhar esse debate qualquer coisa confusa temos a Suzane escrita, o Dourado, a Alessandra, e o Wisley. Suzane: São muitas frentes que mostram a retomada do Fórum é de suma importância, eu queria indicar o GT de formação de professores está vinculado

ao Ministério da Educação no qual temos duas cadeiras para o Fórum e se haveria a possibilidade da indicação da Anfop pela sua natureza enquanto entidade que tem como foco a formação de professores, temos também aqui no Fórum a professora Lueli representando o Forumdir que é o Fórum das faculdades e institutos centros de educação e temos também o professor Luiz Dourado que já está nessa comissão oficialmente do PNE, mas que também fez relatórios de 2015 que lamentavelmente foi um golpe e acabaram sendo estragadas. **Luiz Fernando Dourado:** No âmbito do FNE considerando a nossa trajetória, os GTT's podem contar com a participação conjunta das nossas entidades, além disso, o que está sendo colocado é que o MEC constituiu os grupos e nesses grupos solicitou a participação do FNE. É importante chamar a atenção que a deliberação é no âmbito do GTT e para não haver uma superposição. E com relação aos GTT, no caso da Ampae eu quero corroborar a posição da Suzana com relação às entidades sem prejuízo de outros, mas dizer do interesse da Ampae na participação do PNE e da Formação de Professores exatamente pela vinculação estreita com as duas temáticas e pelas questões que já foram arroladas. É importante nós ocuparmos essas trincheiras, consolidarmos o grupo GTT no âmbito do FNE, que poderão ser um escopo e capacidade muito maior que está sendo demandado pelo MEC. **Alessandra:** Destacar que filtrei mais um grupo. Iremos debruçar sobre o tema da violência contra as escolas? **Heleno Araújo:** Perfeito. **Sérgio:** Sugestão para os membros do MEC presentes na reunião: seria necessário abrir o GTT para ajudar nesse processo de elaboração sobre as políticas, mas a composição desse GT que o MEC está abrindo deve ser pensada de modo que não amplifiquem os conflitos. Ter GTT que amplie todas as áreas de atribuições de cada instituição, facilitaria e resolveria o problema de sobreposições. Voltando a discussão do GT que o MEC abriu sobre o PNE, com algumas participações, inclusive do fórum, é um erro de atribuição. Não que o MEC não possa ter um GT entre os seus membros para discutir as questões administrativas de organização do que será o futuro do PNE, mas a atribuição precípua dessa discussão é do FNE. Então, ter outro GT que convida membros do fórum para lá cria uma confusão organizacional, além das questões que a Andressa colocou de governança. Isso precisava ser revisto de alguma forma. **Lueli:** reforçando a fala da Suzane na indicação nessas duas entidades mencionadas por ela, Anfope (pela sua natureza, especificidade, congrega pesquisadores estudiosos do campo de formação de professores), então, mais do que pertinente que ela faça parte dessa

comissão, visto que historicamente é o local que tem sido produzido, discutido e contribuído enormemente para se pensar na formação de professores e profissionais de educação desse país. E coloco também a indicação do Forumdir (que congrega diretores(as) de faculdades e universidades públicas do país e por sua natureza). Precisamos ter assento nessa comissão para que nós possamos pensar nas questões pertinentes ao curso de Pedagogia e a formação dos professores, porque a faculdade pública não só trabalha com cursos de pedagogia, mas também são entidades importantes dessa comissão das resoluções 2019 e 2020 para os profissionais da educação. **Wisley:** Sou professor de rede pública do estado de Goiás, passei pelo Ministério da Educação e hoje eu estou no Sistema Industria nas Escolas Sesi do país inteiro, represento entidade privada, nós temos o maior número de matrículas de jovens e adultos no país. Essa é uma pauta muito cara para nós e gostaríamos muito de estar colaborando no GT de Alfabetização de jovens e adultos. Gostaria de fazer uma pergunta só para esclarecimento, fala muito do sistema de ensino não sei se vai ser criado um GT interno também dentro do fórum para discutir essa questão de Sistema de Nacional de Ensino. Acho que isso é um debate muito caro para nós, faço coro com o professor Luiz Dourado, o PNE é sobre discussão e a proteção dele está aqui dentro do fórum é lógico que para ampliar o debate quanto mais instituições sendo ouvidas e trazidas para o fórum é de responsabilidade do Fórum Nacional de Educação, o PNE, que o ensino médio está muito bem representado e vejo que é só uma coordenação e um relator, mas gostaríamos de apresentar as experiências que tivemos, mesmo que nossos alunos tem similaridades próxima da escola pública, foi a primeira rede a implementar o novo ensino médio. Talvez podemos mostrar os desafios que tivemos, as dificuldades e as melhorias que precisam fazer e gostaríamos dessa oportunidade, obrigado. **Andressa:** Gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento sobre os GTT's na mesma linha do que a Vivian falou sobre as comissões, porque senão todas as entidades vão falar qual GTT's elas querem ir e não estou entendendo como vai ser esse processo, citação, debate aberto ou se o momento de nos inscrevermos para participar dos grupos de trabalho e também indicar assim sugestões de encaminhamentos que para todos esses GTT's, dentro do GTT, se discuta quem é que vai ai compor essa relação com o MEC, assim como encaminhado para GT do PNE, porque se até as 18 horas cada entidade for falar, qual GTT for participar, não vamos conseguir discutir aqui para cada uma representação do fórum, do MEC, vai ser complicado. Sugiro o

encaminhamento de fazer no mesmo formulário em que a entidade vá marcar qual comissão vai querer participar e também possa marcar quais GTT's à partir de uma conversa na próxima reunião dentro de cada GTT's, encaminhe quem vai ser a representação de cada GTT junto a qualquer que seja uma ou outras representações, seja audiência pública, seja em diálogo fixo junto ao MEC. Enfim, vai ter uma organização mínima para gente encaminhar essas representações, mas de qualquer forma eu reitero o que já havia falado no *chat*, que o Sérgio e outras pessoas falaram antes, o fórum é esse lugar de debate entre construção do governo e da sociedade, e se ficar tendo sobre representação dentro de governo só com uma representação do FNE da sociedade civil e, ainda, essa representação ser sobreposta, vamos ter uma dificuldade muito grande de gestão democrática e vamos precisar levar também ao fórum sobre esse tipo de encaminhamento. **Darli:** Somente reforçar todos os pensamentos que a Andressa acaba de falar, sempre lembrando que o fórum faz articulação entre a sociedade civil no poder de instituir independentemente de partido político nós somos o fórum de estados, não de governos, somos plurais e temos que tomar cuidado sobre a questão da abertura do diálogo e da gestão democrática. Concordo plenamente com os encaminhamentos que a Andressa colocou, só reforço seu encaminhamento e sua fala com relação a representação do Ministério da Educação naqueles grupos. Heleno, só gostaria de perguntar, que nós temos uma certa dificuldade, você falou que nós temos uma demanda muito forte e necessária, atacar essa questão das articulações dos fóruns estaduais e os fóruns municipais. Em Santa Catarina o Fórum Estadual funcionou independente da situação que nós vivemos, conseguimos fazer às duras penas, porque acreditamos nessa nossa luta, Andressa, pelo direito da educação para todos e todas, acreditamos na possibilidade da criação de monitoramento na avaliação das políticas públicas através da gestão democrática e da inclusão de todos. Temos uma fragilidade, tanto dos fóruns estaduais de forma geral, quanto nos fóruns municipais de educação. Em Santa Catarina temos 295 municípios e 166 fóruns municipais de educação, nem sempre atuantes que nós precisamos ver essas coordenações de equipes e monitoramento e sistematização, a própria divulgação precisa se efetivar também nesses fóruns. Quero perguntar se vamos criar um grupo de fortalecimento desses fóruns estaduais e municipais também? Assim aumentaríamos nosso grupo de trabalho. E tudo o que a Andressa falou nós da Uncme Nacional assinamos embaixo. **Heleno Araújo:** Antes de passar a fala para o Carlos Alberto, respondendo à pergunta da Darli, nós não iremos criar esse grupo de trabalho, esta é uma atribuição da Comissão de Mobilização e Divulgação. É atribuição regimental dessa Comissão que terão dois grandes grupos. **Carlos Alberto:** Gostaria de manifestar interesse em nome do Proifis de participar desse

GTT de Formação de Professores, afinal de contas nós representamos instituições no âmbito sindical, representamos filiados e sindicatos que atuam na Formação de Professores e organiza também esse debate. Obviamente têm outros temas que gostaria de enfatizar esse interesse e isso não quer dizer que vai representar o GTT, o Fórum Nacional, espero que seja temporário e alguns GT's, do MEC. Queria aproveitar que está todo mundo e reforçar o entendimento de que não é consenso com visão diferenciada e está sobreposição do GT, MEC, GTT, Fórum Nacional de Educação, para mim expressa uma visão da relação entre estado e sociedade. Obviamente as atribuições constitucionais e legais, eu não sou advogado, atribuições legais e constitucionais é do MEC de implementação de políticas de alocação de recursos de pessoas, recursos financeiro e pessoal. Agora, se houver de forma integral com a própria instância que o MEC criou, que é o Fórum Nacional de Educação, não é uma escolha, mas uma imposição da portaria. A portaria que institui o Fórum Nacional de Educação é de 2010, portanto lá no Fernando Haddad (ex-ministro da Educação), essa portaria traz uma contradição, porque no fundo expressa uma ideia que o Fórum Nacional de Educação tem duas competências: a primeira de organizar as conferências e a segunda de dinamizar, organizar o Plano Nacional de Educação, que são duas competências que ainda são interligadas e define isso no artigo primeiro, só que na hora que define no artigo duas as competências, diz muito claramente planejar e organizar espaços de debates sobre política nacional de educação, que envolve ensino médio, formação de professor, tudo isso que estamos discutindo aqui é uma atribuição nossa discutir, debater, dinamizar, ouvir e sugerir o MEC, é o MEC em última instância que interessa responsabilidade de implementar aceitar ou não, mas essa é uma responsabilidade constitucional, não podemos pleitear isso. Isso que se dá ao meu ponto de vista, separação entre estado e sociedade ou entre governo e sociedade civil. Então devemos conversar com MEC, porque se não será um esforço pecúlio das mesmas pessoas ou instituições e, às vezes, conflitantes quando não tem necessidade especialmente no governo com uma plataforma eleitoral que recolhe as respirações das entidades do campo educacional. É preciso muito conversar com o MEC. Gostei muito da fala do Sérgio, que particularmente interpreta corretamente quando ele fala do Plano Nacional de Educação. Não é possível que a competência atribuída claramente nas portarias 2010 e a recente, que é do Fórum Nacional de Educação, sobre o Plano Nacional, o MEC cria um GT paralelos, obrigado. **Suely:** Retomando a fala da Andressa, o Conselho Nacional de Educação, na sua natureza, normativa tem interesse em discutir e participar desses grupos temporários, na verdade, são temas permanentes. Concordando com as preocupações do Carlos Alberto, mas penso que o fórum deve ter conversas internas na busca de consensos, amadurecimentos, até para levar para a sociedade é importante reunir e fazer essas

representações maiores, levando a voz do fórum. Deixando a dúvida se é necessário um dos dois representantes no GT ou alguém com especialização do próprio órgão? **Helena Araújo:** A princípio são os membros do fórum, os próprios titulares e suplentes, podendo ser assessorado por sua equipe de assessores. **Marlene:** Se tratando de fóruns de EJA do Brasil, é preciso que os estados, grupos do GT provisório, sejam estratégicos. Apesar dos números alarmantes do analfabetismo e de pessoas que não concluíram a educação básica no Brasil, precisamos estar no GT, do PNE, e no de GT de alfabetização. E o interessante seria unir alfabetização de crianças e de jovens e adultos, porque embora as suas especificidades, mas a função política é a mesma. Não sei se a escolha é certa pelo tanto pessoas, mas para o Fórum do EJA é importante demarcar esse espaço de estudo no PNE. **Paulo Muniz:** Seria bem mais produtivo e objetivo através de um formulário que todas as instituições possam fazer as indicações e os encaminhamentos tanto para a composição das Comissões permanentes quanto dos grupos de trabalho, assim sendo contemplando pela fala da Andressa e peço que ao final seja dado esse encaminhamento, porque através de um formulário a manifestação fica mais direta, objetiva e democrática. **Roberta Guedes:** Gostaria de propor um grupo de trabalho sobre a cultura da Paz. A gente combate à violência pela cultura da paz que o nosso grupo de trabalho estudasse o fenômeno da violência nas escolas, mas a partir da ação concreta da cultura da paz, então é uma proposta a este fórum. Outra proposta que gostaria de trazer, que tivéssemos um grupo de trabalho que se dedicasse a educação inclusiva. Nós temos um problema sério no nosso país, temos mais de 60 anos de atraso em relação às políticas públicas de Educação Inclusiva e, com todo respeito, está na hora de fazermos uma correção histórica a esse processo nas nossas instituições. É uma proposta que fazemos, e, por fim, validar a fala da companheira Andressa. Penso que os encaminhamentos das comissões dos GT's devem ser, sim, pelo formulário, caso contrário não vamos começar a “descer flores” sobre nossas instituições, se estamos aqui, acreditamos que todos nós temos a especialização e vamos se debruçar nos assuntos mais pertinentes as nossas especializações. **Gilson:** Quero deixar aqui, em nome da Contee, esse tema sobre regulamentação da educação, que ultrapassa questão do ensino superior, também em educação do ensino básico, que tem a necessidade da regulamentação, principalmente agora com esse ensino médio, educação a distância e conjunto de outras questões é um tema muito caro para nossa entidade. Precisamos de tese da alta regulamentação, que vem sendo perseguida no último período numa visão ultraliberal da economia, no sentido de sistema de educação brasileiro fundamental no privado que acaba interferindo de forma muito forte no público. Estamos vendo como está ocorrendo o processo de gestão financeira e pedagógica na educação pública, derivada dessa alta regulamentação, penso

que seja um tema estratégico na educação brasileira, então a Contee se coloca nessa linha de ajudar organizar esse grupo para fazer o debate. Estamos lançando, agora nesse mês de maio, uma campanha nacional pela regulamentação e educação brasileira, um tema que queremos tratar de forma muito ampla e interferirá em vários outros setores da educação nacional, com certeza estaremos participando desse grupo, que é para nós da educação privada da dimensão do pedagógico e das relações de trabalho muito importante e estratégicos, deixar essa nossa consideração e agradecer pelo fato de colocar esse tema como um grupo a ser constituído aqui no fórum para um debate sério, consistente, não só o fórum, mas a sociedade brasileira, os elementos que nos levam à necessidade dessa regulamentação, obrigado. **Helena:** Diversas falas e entendimentos que, de fato, a atribuição do Fórum Nacional de Educação está sofrendo um choque com a constituição dos grupos de trabalho de mesmo tema. As falas foram bem claras nesse sentido e penso que coloca o encaminhamento da coordenação do fórum e ter uma conversa através da Sase, onde estamos ligados diretamente, para uma conversa interna dentro do MEC e tratar desse tema de não fazer essa recomposição desse debate, que levantado aqui de forma bem clara e bem objetiva para nós. Então necessita de fazermos esse debate para que, de fato, o Fórum tenha atribuições políticas educacionais e propor o MEC que trabalhem esses temas, assim vir para dentro do Fórum, não impedindo de participar as entidades que não fazem parte do fórum. Que o fórum possa criar, também, esses espaços de participação. Deixo encaminhamento aqui da coordenação com ajuda da Alessandra, nossa diretora, com relação direta com o fórum para conversar com o secretário Mauricio Holanda e discutir internamente, no MEC, e tentar recompor e reorganizar esse processo. Enquanto isso não acontece nós teríamos que tomar aqui a decisão se mantemos a participação ou se suspendemos. É importante, no meu entender, mantermos a participação, mas levo o debate tanto internamente lá nos grupos de trabalho quanto com o MEC aqui através da Sase essa discussão. O encaminhamento da forma como iremos nos organizar dentro das comissões permanentes e do grupo de trabalho temporário, que foi indicado pela Vivian desde o princípio, um formulário Google padrão que vamos mandar aqui pela secretaria e as entidades vão ter dentro das duas comissões e quais irão participar, buscando esse equilíbrio e nos grupos de trabalhos quais grupos têm interesse de participar e vai montando toda estrutura, como foi proposto desde o início pela Vivian. No grupo de trabalho pode ser mais de um, a comissão é só a entidade. Se mantermos a posição de continuar participando dos grupos que somos convocados e convidados, amanhã à tarde teremos a reunião do grupo de formação e aqui tem o pleito colocado, levantado por Anfop, Forumdi e Anpae que são duas representações, que possamos escolher aqui das duas, qual que possa nos representar nesse trabalho amanhã à tarde,

como essas três aqui levantaram essa representação do fórum, na formação, e temos a questão operacional. A Suzane deve estar no Rio Grande do Sul, a Lueli está no Goiás e não sei se dará tempo de chegar. O Dourado está aqui na reunião, amanhã não sei se choca. Então, temos aqui para essa de manhã com a Anpae, com Luiz Dourado, presente com a Suzane, Anfop, e a Lueli, do Forumdi, possam combinar e ter essa representação amanhã enquanto a nós também, paralelamente, fazemos o debate com a Sase para contornar essa cidade de representações. Pode ser assim? Então com isso temos esses encaminhamentos em conversa com a Sase na perspectiva de trazer esse debate para atribuição que é do fórum Nacional de Educação, encaminhar os formulários para fazer escolhas, distribuições nas comissões por entidades e as elas escolherem os grupos de trabalhos temporários, que queiram atuar e amanhã a Anpae, Anfop e Forumdi combinam a apresentação. Amanhã vamos discutindo essa representação do fórum nesse de grupo de formação, ver se trazemos ele para dentro depois do Fórum Nacional de Educação. Na constituição dos grupos de trabalhos temporários estamos aqui às oito pelas falas e se entramos em listar e fazer o debate pelas perspectivas, o Grupo Temporário de Trabalho sobre o Ensino Médio da Formação dos Profissionais da Educação, o PPA participativo da Política Nacional de Alfabetização das Crianças Jovens e Adultos, do Programa da Escola Cívico Militar, Educação Domiciliar e o projeto de lei da mordaza nesse conjunto. O sexto, se eu entendi bem Gilson, Regulação da Educação Privada, sete, Cultura da Paz, na linha do que Alessandra levantou sobre a violência e educação inclusiva, levantados pela Roberta. **Roberta:** São grupos diferentes, porque quando falamos de educação inclusiva, estou me aportando na declaração de Salamanca que onde falamos de uma inclusão, não é só de pessoas com necessidades especiais e deficientes. Enfim, falando de inclusão no seu contexto geral. **Lucimar:** Tenho só uma pergunta em relação a isso, parece que a discussão da educação inclusiva deveria ser um princípio que ordenaria todos os grupos que estamos construindo. Tenho uma dúvida em relação à proposição de um grupo específico, porque todos os temas que serão debruçados aqui, a discussão da equidade e desse princípio de inclusão que você citou, me parece que deve estar presente em todos os grupos e em que o fórum for fazer. Então, não sei se nós duplicaríamos uma discussão que tem que estar presente como um eixo. **Roberta:** Eu super concordo que a educação inclusiva que é uma questão transversal, mas nós precisamos tomar muito cuidado quando colocamos ela nessa transversalidade, porque nós temos políticas públicas específicas, por exemplo, da educação especial que é uma modalidade. Então cabe muito a nós, principalmente nos últimos tempos, com todas as questões que não vamos repetir aqui novamente, que se debruce e tratemos, porque o Conselho Nacional de Educação tem se debruçado, tem um documento e foi abortado

simplesmente e não foi colado nem para discussão. Penso que esse fórum precisa participar, mais efetivamente dessa discussão. **Lucimar:** Eu concordo plenamente com você, focar na educação especial, de fato, que nós temos um debate. Trabalho com relações raciais e a minha perspectiva e representando a Cadara é que toda a política que defendemos tenha como princípio compreender processo de equidade e discutir diferentes sujeitos. Então, a minha perspectiva aqui no fórum a partir da Cadara é que nós possamos pensar universalmente, sempre dialogar com os sujeitos que precisam de políticas específicas e constituir isso em todos os grupos. Então me preocupa, é um grupo específico para tratar disso, porque minha perspectiva realmente não é a ideia da transversalidade aquela que nunca chega, não é? Mas ao contrário, é construir a política a partir da perspectiva. Não foi à toa que pessoas específicas subiram a rampa com o presidente Lula. Espero que qualquer uma das políticas que forem desenvolvidas e defendidas pelo fórum, esse público esteja sendo pensado. **Heleno:** Foi apresentado então o conjunto de grupo de trabalho temporário e destacado aqui pela Lucimar o grupo de educação inclusiva, os grupos apresentados aqui, os destaques para Lucimar para educação inclusiva argumento da Roberta então tenho uma proposta de encaminhamento. **Arnaldo:** Em relação à regulação do ensino privado, nós estamos vivendo hoje em um momento que interfere na formação dos professores, porque toda a profissão de professor, no Brasil, hoje corre um grande risco em função dessa quantidade de vagas que estão sendo liberadas para instituições e esses grandes grupos de ensino privado. Só esta semana, se pegar as portarias do MEC, saída de autorização de vagas, são instituições que não tem dez professores contratados e foram liberados, mas de doze mil vagas para as instituições, é algo muito importante que o fórum tem que se ater para isso, que a profissão de professor, principalmente de professor da iniciativa privada do Brasil hoje, corre um sério risco há cerca de seis, sete anos e o professor Dourado, no Conselho Nacional de Educação, estava já alertando. Não é possível o MEC ficar soltando portarias de um curso de farmácia de uma instituição que não tem professor, nenhum contratado do interior do estado do Nordeste. Não estou criticando o seu Nordeste, mas uma pequena cidade ter oito mil vagas liberadas para o curso de farmácia, então nada justifica isso, entidades que são liberadas dezesseis mil vagas para um curso de administração. É algo que tem que ser olhado urgente para essa questão, já tivemos com a professora Sueli, no Conselho Nacional de Educação, falando sobre isso, mas é algo que deve ser falado diariamente: a profissão de professores hoje no Brasil corre riscos. É importante nesse grupo de trabalho ter muita atenção tanto na formação de professores, quanto essa regulação do ensino privado. **Heleno:** Conseguimos unidade aqui Arnaldo. O Gilson tem acordo desse trabalho, vamos juntos aí conseguir unidade nessa

construção. Lucimar e Roberta vamos tentando construir um processo de debate e de consenso da elaboração. A minha proposta de encaminhamento que possamos, temporariamente, não criar agora o grupo de trabalho educação inclusiva, vamos aprofundar o debate de como orientar esse trabalho e daqui a pouco apresentar uma proposta de reunião, em maio conversamos e nessa reunião volta o tema para vermos qual a melhor forma de caminhar, pode ser? **Roberta:** Sem problema, pelo contrário, como a professora falou: quanto mais nós provocarmos essa reflexão, talvez estejamos mais sensíveis. **Heleno:** Fica para a próxima aprofundar o debate, já fica incluído para a próxima pauta da reunião. Então com esses encaminhamentos a gente vai tocando aí essa organização da dinâmica do nosso trabalho. Ainda sobre a nossa dinâmica, eu quero tratar das audiências públicas, antes disso o professor Luiz Dourado está lembrando, a Geovana chegou, já foi aprovado a continuidade coordenação do grupo de monitoramento e sistematização e a questão que estávamos colocando para o Plano Nacional de Educação, Sistema Nacional de Educação, que o grupo depois que conseguirmos formar, possa fazer os debates e construir o processo de estratégias e debates desse tema que também são fortes e colocados aqui para nós não criarmos mais um grupo e dentro da comissão com maior número de entidades, vermos a melhor estratégia de fazer o debate e discussão. A comissão discute que a questão GT, do PNE e do Sistema Nacional da Educação, o subgrupo na comissão de ver a forma para conduzir o trabalho. Sobre as audiências públicas, já dei informe aqui que estamos sendo demandados, também não deu para representação, mas tem outras demandas e outros espaços de debates sobre esses temas que vamos debruçar aqui e no Congresso Nacional. Vou passar a fala para o Wallison, que vai passar os informes das subcomissões do Senado sobre o ensino médio. **Wallison:** Como todos sabem, a Comissão de Educação do Senado Federal constituiu uma subcomissão do ensino médio. Essa subcomissão foi instalada e teve seu plano de trabalho aprovado ontem e tem um conjunto fundamentalmente de sete audiências públicas. Está sendo estudado a possibilidade de uma espécie de pesquisa de opinião pública, além disso, vai se debruçar sobre os acúmulos do ministério, estudos e manifestações públicas que as entidades estão divulgando. Então a primeira convocação que fica para atentarmos ao plano de trabalho, vou distribuir também no nosso grupo do Fórum e, ao mesmo tempo as entidades com quaisquer manifestações sobre o ensino médio, sintam-se à vontade de estar encaminhando como mais um elemento importante para o debate no Senado Federal. Sobre o tema da violência nas escolas, temos aprovado também na comissão do Senado três audiências públicas, uma começa já amanhã, sobre liderança do senador Flávio Arns com convidados específicos, no dia 26 de abril, que é uma quarta-feira, entre duas e dezesseis horas nós vamos ter a segunda audiência pública que é híbrida, vamos ter a participação da

Secadi, Andressa representando a campanha da Undime, Consed e do Fórum Nacional de Educação. Então já no dia 26, esse convite está sendo despachado desde ontem para essas entidades, temos esse debate da violência nas escolas sobre a direção da senadora Tereza Leidão. Já no dia 27 essa vamos confirmar ainda hoje, teremos a primeira audiência pública do ensino médio com as representações do MEC, Inep, Consed e da Undime e isso vai estar detalhado no plano de trabalho que eu vou distribuir. A segunda audiência pública sobre violência nas escolas acontece dia 5 de maio, que é uma sexta-feira, será de dez ao meio-dia, estão convidados os representantes do grupo de trabalho interministerial, que foi constituída no Governo Federal, além de novo pesquisadores desse relatório extremismo de direito entre adolescentes e jovens no Brasil. Os ataques às escolas e alternativas para ação governamental e, mais uma vez, o Fórum Nacional de Educação e nesse intervalo ainda no 3 de maio, antes dessa nós temos a segunda audiência da comissão do ensino médio com as representações do CNE, do fórum, de conselhos estaduais, da Anped e da Anpae. Então, como essas são as audiências, mais próximas Heleno, eu colocaria aqui e detalharia depois o plano de trabalho para você e para a Rita para divulgação junto aos membros, mas são essas as atividades do Senado Federal, mais próximas em relação a esses dois temas importantes que a gente está tratando aqui: o ensino médio e a violência e os ataques nas escolas. **Roberta:** Poderia compartilhar por escrito para nós no grupo que fica mais fácil? **Heleno Araújo:** Perfeito. E outras audiências e comissões na Câmara também estamos demandando e a dinâmica vai ser o seguinte, recebendo aqui o material e dentro do tema, direcionaremos a representação do fórum dentro das questões temáticas e operacionais, criando a relação, atendendo as solicitações que vem para o Fórum Nacional de Educação. Neste bloco, ainda de encaminhamentos, quero tratar da dinâmica de reuniões. Conversando com a diretora Selma Rocha, para tentarmos garantir que as Comissões de Mobilização e Divulgação possa ver as condições, pois o regimento que estamos sendo orientados (2016), diz que temos duas reuniões ordinárias por ano, de preferência nos primeiros meses do ano, exceto os meses de férias (fevereiro e agosto). Esta reunião foi chamada de forma urgente, sem os custos por parte do MEC e da Sase, e a ideia é trabalharmos uma reunião presencial com todos os membros titulares do fórum, caso não puderem o suplente faz a substituição, de modo presencial. Sugerindo que acontecesse na última semana do mês de maio, e nessa reunião presencial além das demandas que já estamos levantando aqui para o debate, ser também uma reunião regimental conforme o estatuto, aonde desde agora aprove que a Comissão de Monitoramento e Sistematização e possa atualizar o regimento do fórum. Existem vários ofícios, demandas de solicitação de ingresso no FNE, então nessa discussão regimental na próxima reunião presencial também discutiríamos e

cumprindo os critérios existentes no regimento, o debate sobre o ingresso de novas entidades ao FNE. A proposta é que seja de dois dias essa reunião presencial ao final de maio. Os grupos de trabalho temporário, vamos agilizar com o formulário, para que já comecem acontecer antes da reunião, para ter elementos e informações para realizar o debate. Sendo a última semana de maio, a sugestão é que peguemos a segunda e terça-feira, dia 29 e 30 de maio, já encaminhando para Sase começar a fazer processo operacional da nossa vinda, toda a dinâmica necessária para emissão de passagem. E que possamos ter a possibilidade de fazer reuniões virtuais nos meses seguintes, porque esse acúmulo que temos de debates de temas não dá para esperarmos ter reuniões presenciais no segundo semestre. E em novembro ser a segunda reunião ordinária, sendo no segundo semestre, também regimental e com pautas específicas para discutirmos a coordenação do FNE, que a portaria é clara nesse sentido, nesse primeiro ano a coordenação ficou com a CNTE. Sendo assim para discutir a nova coordenação do FNE para o período seguinte a partir de 2024. Depois fazemos uma agenda virtual com os temas específicos, para aprofundarmos o debate dentro do fórum. (Todos concordaram, nenhum destaque) (Intervalo de 10 minutos). **Heleno:** Passando a nossa pauta, temos apenas um ponto agora, levantado pela Darli na reunião da parte da manhã, que trata do documento da Uncme, apresentando para o Fórum Nacional de Educação, e abrindo um debate sobre o tema. **Darli:** Passando para vocês o nosso posicionamento, quando lá em 2017 houve a questão da destituição de algumas entidades do fórum, nós fizemos um posicionamento público, em favor da democracia e do Fórum Nacional de Educação, não irei ler todo o documento, mas a Uncme, de forma democrática, colegiada, coletiva, fez esse posicionamento, dizendo que nós éramos contrários a essa decisão de uma nova portaria, extinguindo algumas entidades do fórum. Decidimos que não apoiaríamos o golpe que aconteceu em 2017. Passei também uma situação que vivemos recentemente, nós mandamos para o Ministro da Educação uma carta aberta e divulgamos nacionalmente, com a nossa posição. No dia 3 ou 4 de janeiro, pedimos uma audiência com o ministro, com o presidente da Uncme, Manoel Humberto, mas até o momento não recebemos respostas. Conversamos com o secretário da Sase, Mauricio Holanda, sobre as demandas da nossa instituição e o professor Manoel Humberto, que era coordenador do Fórum, juntamente com Eduardo Silva (suplente), estiveram conversando sobre essa situação do fórum. Eles diziam da importância da abertura do diálogo, professor Manoel Humberto, jamais deixou de lembrar dessa importância, juntamente com a democracia. Nós tomamos um susto com a nova portaria, estou falando em nome da Uncme. Até o momento essa carta aberta não teve resposta. Nós colocamos quais são os nossos princípios defendidos pela Uncme, Suely, que é a questão da garantia do direito educação para todos e todas,

está bem frisado em todas as cartas produzidas pela Uncme, essa questão da gestão democrática das políticas públicas e da situação também da inclusão de todos e todas. Nós lutamos com muita força e muita garra na defesa desses princípios, mas no art. 12 dessa última portaria nos tomou de surpresa, nada contra a CNTE e ao professor Heleno. Pensamos que é importante essa reconstrução do fórum, a volta das entidades. Nós sempre lutamos, professor Heleno, para a abertura do diálogo, das possibilidades, da união, do trabalho da cultura da paz, e ficamos muito chateados, ainda mais em relação a não resposta do próprio Ministério da Educação, uma instituição que está junto. Tenho falado sempre da Uncme, que juntos somos mais fortes, não vamos sair do fórum, estamos com a representação. Não poderíamos deixar passar essa primeira reunião sem fazer essa comunicação para as todas as entidades do nosso FNE. Gostaria de dizer que parabenizamos o professor Heleno por esta coordenação, estamos juntos, pode contar com a Uncme. Falando um pensamento, podem até discordar, em relação a essa situação, professor Paulo Muniz, nós sabemos o que passamos na Conae 2018 e 2022, sabemos da nossa luta. Precisamos unir nossas forças, tenho certeza de que todas as intuições que aqui se encontram, estão na luta pela melhoria da qualidade social da educação, tenho certeza que todas as falas durante o dia de hoje não foram para atacar ninguém, não foi para sobrepor, mas sim para unir e que precisamos pensar um pouco mais nas nossas ações, falas, nos nossos discursos e nas frases, por isso professor Heleno que eu trouxe e socializei esses dois documentos produzidos de forma coletiva pela Uncme Nacional, pediria a vocês que desse uma olhada com carinho. Eu não vou fazer a leitura desses dois documentos, porque ficaria muito cansativo, mas em nome da Uncme Nacional, representante dessa instituição, trago essa contribuição na tarde de hoje, sempre lembrando que os fóruns de educação como diz nosso querido Genuino Guardian, quando fala dos conselhos de educação, faz a ponte entre as demandas da sociedade civil e o poder instituído independentemente de partido político. Não é fácil companheiros e companheiras, mas estamos na luta e vocês podem contar conosco vamos atuar da melhor forma possível em todos os municípios brasileiros. Conversando com a Andressa, falava da capilaridade que a nossa instituição tem no país inteiro. Somos quase 60 mil conselheiros municipais de educação não e pouco, não é Suely? Quantos conselheiros nós temos no Conselho Nacional a capilaridade é bastante grande, estamos pedindo uma coisa que é respeito, abertura do diálogo e a propagação ainda da jovem democracia. Professor Heleno, tenho certeza se houvesse a possibilidade agora passou da abertura do diálogo, o professor Manoel Humberto estaria disposto ao diálogo, isso ele tinha falado para nosso secretário da Sase, já passou que são coisas que ocorrem, não é com erro que vamos consertar o outro erro que aconteceu no passado. Era só uma

lembrança, juntemos as nossas forças, as nossas crianças precisam de nós, as nossas escolas precisam de nós, precisamos um do outro. Então esse o recado da Uncme Nacional, estou aqui representando instituição com muito carinho, responsabilidade, amor e dedicação a essa escola que nos doamos. Hoje, sou diretora de formação, mas faço de seis sete serviços voluntários. Estou aposentado, mas continuo fazendo sim em prol da educação brasileira. **Heleno:** Certo Darli, vamos abrir para quem queira fazer os comentários, mas oportuno trazer as lembranças dos manifestos 2017 para trabalharmos em cima da história concreta nesse processo. A representatividade da Uncme é muito reconhecida por todos nós há muito tempo e o respeito a esta entidade também é grande. Quando você se refere ao manifesto 2017, é o reconhecimento de que esse Fórum Nacional de Educação foi destituído sem nenhuma reunião com então ministro da Educação, Mendonça Filho, primeira oportunidade que uma comissão representativa desse fórum sentou com o ministro, ficou cinco minutos na mesa, saiu para dar entrevista, nos deixou conversando com os outros secretários, sem o encaminhamento necessário ao funcionamento do Fórum Nacional de Educação, uma política de estado que ele disse, em mesa, que não reconhecia, que poderia mexer no fórum a qualquer momento. Uma segunda reunião com o ministro da Educação demorou mais, porque estávamos naquela época sobre a coordenação do Professor Luiz Dourado, com documento referência para manter atuação do Fórum Nacional de Educação e organizar a Conae 2018. Nessa segunda reunião, depois de duas horas de debate, a fala do ministro foi que deveríamos retirar o documento referência do debate e se não fizessemos isso ele iria alterar a composição do Fórum Nacional de Educação. Não estamos aqui para recuar encima daquilo que é um direito da população brasileira, o direito da educação com a qualidade, defendemos historicamente e não recuamos com o governo golpista. Ele editou a Portaria n.º 577, onde Anped coordenava uma comissão, a Contee que tem história de luta, a Contag e tantas outras entidades foram sumariamente retiradas do Fórum Nacional de Educação. Naquele momento, o manifesto que a Uncme fez, tinha um trabalho em conjunto com essas entidades, a representatividade da Uncme e o respeito que temos a essa entidade fez com que se juntasse a nós no Fórum Nacional Popular de Educação. A Uncme faz parte do Fnpe, a sua marca está no site e trabalhamos juntos nesse processo, quando tomamos o conhecimento de que a Uncme estava pleiteando a coordenação de um Fórum Nacional golpista, governista e privatista, nos preocupamos e a Coordenação do Fórum Nacional Popular de Educação solicitou uma reunião com a direção da Uncme, com o presidente Humberto, que nos recebeu, dialogamos e colocamos de forma transparente todas as nossas preocupações com relação a esse processo, consideramos e informamos que seria um governo histórico e a Uncme se colocar naquela posição, dentro de um

fórum, num governo negacionista, que não tinha nem um pensamento em investir na educação e nem cuidar da participação social. Então, nos entendemos, dialogamos, colocamos isso de forma clara na época os dirigentes da Uncme ao professor Humberto nesse processo de construção, mesmo assim a Uncme continuou e foi eleita presidente desse fórum, que nós não reconhecemos. O que nós, o Fórum Nacional Popular da Educação reivindicamos, no embate contra o golpe 2016 contra o negacionismo, foi garantir, restabelecer o Fórum Nacional de Educação da forma como estava até 2016 antes do golpe da Portaria n.º 577, que tinha uma entidade da sociedade civil coordenando e que a sua coordenação foi interrompida com a Portaria n.º 577 para que pudesse restabelecer esse processo, e foi isso que nós conquistamos com as publicações colocada, recomposição das entidades que foram sumariamente retiradas processo de participação efetiva de todo fórum e o período tirada a coordenação da Cnte para atuar a frente do fórum. Essa é à composição que fizemos sempre nos colocamos à disposição para dialogar com a Uncme, mas nem a Cnte, nem o Fórum Nacional Popular da Educação recebeu nenhum documento direcionado a Uncme para o diálogo desse processo. Fizemos isso quando tomamos conhecimento da candidatura, estamos abertos ao diálogo, mas não ao diálogo posto por terceiros para conciliarmos entre um fórum e outro. Esse não era o objetivo, nem o papel, muito menos o que reivindicava o Fórum Nacional Popular da Educação, por isso que é importante trazeremos isso para o debate, fazer a discussão a Uncme, está no Fórum Nacional Popular da Educação. É importante marcharmos juntos nesse processo pelos direitos da educação, da valorização dos profissionais pela regulamentação do ensino ao nosso país, que está com os conselhos com esse papel e estamos à disposição para fazer o debate. Tentei também, para seu conhecimento, várias formas marcar a conversa e não tivemos êxito nesse processo. A conversa deve ser feita de forma intermediada para encontrar forma de mexer na composição original desse fórum. Esse fórum pode mexer na sua composição, mas tem que ser na deliberação desse coletivo, que é isso que estamos nos propondo a fazer na próxima reunião presencial no dia 29 e 30 de maio. **Gilson:** Gostaria de deixar só registrado a questão da Uncme e a companheira que fala em nome da organização. Ela fala e faz um relato dos acontecimentos e trata a questão democrática como um centro, e parece que tal ponto da discussão que vamos travar nesse processo constituído no último período. O problema é democrático e ela diz da fragilidade da democracia brasileira. Temos feito um esforço histórico no último período de constituir estruturas de Estado e não de governo para poder demandar, discutir, debater e encaminhar os temas que são caros para a sociedade. Na medida que isso foi, rompia na concepção de uma organização de Estado, foi atacada de forma severa a democracia. Temos que refletir sobre o nosso papel naquele período

histórico e penso como nós defendemos a democracia e o Estado como comentador da política pública educação. A Uncme é muito bem desejada nesse fórum para construir conosco as políticas que deverão ser construídas no próximo período e apagar da memória recente os acontecimentos de 2015 e 2016, cominando com os últimos quatro anos de governo que acabou de estalar uma visão de Estado profundamente ante democrático e autoritário contra educação e contra o povo brasileiro, então devemos reconsiderar esse processo. A Uncme é a entidade importante no processo de educação brasileira e fundamentalmente a democracia brasileira foi resgatada de forma tão plena no último período, agora devemos pensar no futuro, abandonar o passado, construir o futuro, porque temos muitos desafios a serem construídos e a Uncme faz parte desse processo. Seja bem-vinda aqui, teremos um debate pleno de posições, muitas vezes diferentes, mas cada um respeitando seu espaço, sua vida, história, na construção daquilo que viemos fazer aqui, reconstruir a educação brasileira. Esse momento de hoje, estamos dizendo desse dia histórico do resgate da democracia num elemento central para educação. Gostaria de deixar isso registrado e dizer que é muito importante que nós estejamos aqui, que a Uncme com a sua posição possa também vir construir esses desafios colocados a educação brasileira, obrigado.

Suely: Eu quero me solidarizar com a Darli, com o Heleno e com todos nós que vivemos a história desse fórum desde o primeiro trabalho. Na verdade, nós estamos vivendo avanços e retrocessos, estamos vivendo momentos difíceis onde, talvez, nós não tenhamos tido o cuidado de permitir que esse fórum seja visado e terminamos nos misturando com os processos de governo. Temos que aprender com aquilo que passou, com aquilo que vivemos no passado e estamos vivendo hoje, porque temos que ter cuidado, Heleno, para não tomar decisões que sejam autocráticas tal como foram no passado. Esse zelo pela democracia é algo que esse grupo, que está se reconstruindo, ele precisa ter como eixo, quer dizer, nós temos que fazer uma reconstrução democrática, por exemplo, precisamos desconsiderar tudo aquilo feito pelo outro grupo. Fomos um grupo no governo passado e mesmo não concordando com muitas questões, mas fomos educadores, que ficamos zelando pela educação brasileira tentando fazer certo, buscando alternativas nesse sentido, sentimos desrespeitados como um grupo, agora tudo isso são lições que nós estamos vivendo e precisamos que essas lições nos coloque mais amadurecidos em um processo futuro, nunca nosso país precisou tanto de nós, desse fórum, desses educadores amadurecidos, que já viveram tanta coisa, que sabem o que querem, o que precisamos. Nunca precisamos tanto que esse grupo se una independentes das suas bandeiras, das suas credenciações, da sua história. Na hora que eu me candidato e estou aqui como fórum, sou o fórum, não sou A nem B, nem instituição a nem B ou governo A, somos o Fórum Nacional de Educação

Brasileira e esse é a nossa bandeira que precisamos zelar com muito carinho. Parabenizo a todos. O que vivemos no passado, vamos apontar os caminhos do futuro, não tenho dúvida de que vamos achar esse caminho, não tão fácil como gostaríamos. **Lucia:** Eu só pedi para falar, porque fiquei tão emocionada assim com o convite feito no domingo para podermos nos reunir correndo. A sociedade brasileira com essa construção feita, nos últimos sete anos, ou seis, ela cristalizou uma divisão que nós na área da educação temos uma responsabilidade primeira de avançar numa unidade fraterna, por isso penso que a atitude da Darli é tão importante. Essa reconstrução dentro de um processo democrático é fundamental. Quero fazer aqui um resgate, nós não podemos esquecer que a ingenuidade é um pecado capital para usar uma linguagem mais simples. Não podemos conciliar, eu não estou dizendo para fazermos embates que nos dividam, mas precisamos de ousadia para garantir que a linha que nós queremos seja mantida, como dizia o Heleno hoje de manhã, não havia novos retrocessos, para isso nós precisamos ousar, avançar, por isso é muito importante essa reunião de domingo para segunda, de ontem para hoje, com documento encaminhado na madrugada, por isso é tão importante que nós estejamos nesse momento que consideramos históricos refazendo esses nossos compromissos e a União Brasileira de Mulheres. Temos a gratuidade, vamos dizer assim, de termos vindo ao fórum, eleitas para o fórum e estarmos disputando esse espaço. Temos feito uma conferência nacional livre sobre essas questões na última Conae. Então, toda parceria de várias pessoas, particularmente com o Heleno naquele momento e precisamos continuar atentos, porque a legislação está grassando com as leis das mordanças em vários lugares, com a perseguição dentro de sala de aula, com os pais entrando para desafiar professores nas aulas de vídeos, então assim, nas aulas remotas não podemos esquecer isso. Queremos somar com esse embate, que com certeza será um embate para muitos anos, em particular na construção de um mundo fraterno sem violência, numa cultura a outra que não é essa que está predominando. **Heleno:** Cumprimos a pauta da nossa reunião do hoje. Queria agradecer, mas uma vez, a presença aqui dos participantes de forma presencial, os virtuais todos que acompanham até o momento sabemos o quanto é desgastante o dia todo na tela compreendemos isso, mas foi um momento importante e necessário para o debate da construção que fizemos. Tivemos encaminhamento de reiniciar esse nosso trabalho, essa data marcada da atividade presencial, o fortalecimento do debate da política educacional e trabalhar, também, internamente para que o MEC, de fato, reconheça esse espaço que propõe políticas públicas para a educação, e vai ajudar o MEC a cuidar do povo brasileiro.

